

...continuação

b) Integralização de Capital

Entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 não houve integralizações.

c) Reserva Legal

E constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

d) Reserva para Investimentos

O saldo remanescente do lucro do exercício após deduzidos eventuais prejuízos acumulados, a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, é destinado à constituição de reserva para investimentos, conforme Artigo 73, inciso II do Estatuto Social da Companhia.

e) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Esta conta foi criada pela lei 11.638/07, alterada pela Lei 11.941/09 e visa registrar, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo bem como a realização da depreciação destes bens.

Ajuste de Avaliação Patrimonial	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste de avaliação patrimonial	50.477	50.477
Tributos fiscais diferidos sobre custo atribuído (Nota 15.2)	(17.162)	(17.162)
	33.315	33.315

f) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido do exercício de acordo com a legislação societária, sendo devidos em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais, que serão pagos em até 60 dias da data em que for declarado em Assembleia Geral Ordinária. Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser atribuídos juros sobre o capital próprio, os quais serão calculados sobre o patrimônio líquido da Companhia em função da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) da forma prevista na IN RFB 1.700/2017 e serão obrigatoriamente compensados na distribuição dos dividendos obrigatórios. Assim, os dividendos são distribuídos na forma de JCP no limite estabelecido conforme cálculo descrito acima, sendo que, caso o dividendo mínimo obrigatório ultrapasse esse valor, a diferença é paga como dividendos.

Como pode-se observar no quadro abaixo o valor total distribuído foi na forma de JCP:

Cálculo dos Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	
Resultado do Exercício 2021	352.456
Resultados Reconhecidos Diretamente no PL	2
Constituição Reserva Legal (5%)	(17.623)
Lucro Distribuível Ajustado	334.835
Dividendos Obrigatórios (25%)	83.709
Juros Sobre o Capital Imputados aos dividendos	83.709
Total de Proventos aos acionistas em 2021	83.709

Tipo de ações	Quantidade	Percentual	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ação Ordinárias	1.866.906.374	74,21%	60.563	0,03244
Ação Preferenciais	648.639.993	25,79%	23.146	0,03568
	2.515.546.367		83.709	

g) Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. Entretanto os acionistas portadores de ações preferenciais possuem o direito de recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II do §1º do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações.

Tipo de ações	Quantidade	Percentual	Lucro no Período	Lucro por Ação
Ação Ordinárias	1.866.906.374	74,21%	261.574	0,1401
Ação Preferenciais	648.639.993	25,79%	90.882	0,1401
	2.515.546.367		352.456	

32. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receitas Brutas	31/12/2021	31/12/2020
Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto	2.665.220	2.605.274
Serviços Técnicos	2.425	1.763
Subvenção Tarifa Social	35	-
Outorga Subdelegação	9.100	9.100
Receita de Construção	99.395	169.996
Total	2.776.175	2.786.133
Impostos Incidentes e Devoluções		
PIS	(44.431)	(43.170)
COFINS	(204.653)	(198.842)
Devoluções e Abatimentos	(1.688)	(2.362)
	(250.772)	(244.374)
Receita Operacional Líquida	2.525.403	2.541.759

33. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2021			31/12/2020				
	Custo	Administrativa	Comercial	Total	Custo	Administrativa	Comercial	Total
Pessoal	(621.802)	(363.214)	(124.691)	(1.109.707)	(591.611)	(315.558)	(117.877)	(1.025.046)
Materiais	(76.564)	(3.708)	(504)	(80.776)	(81.903)	(4.149)	(544)	(86.596)
Energia Elétrica	(242.926)	(2.790)	-	(245.716)	(212.816)	(2.427)	(9)	(215.252)
Serviços de Terceiros	(103.932)	(37.332)	(73.255)	(214.519)	(73.670)	(36.505)	(71.788)	(181.963)
Remuneração de Concessão	-	-	(75.156)	(75.156)	-	-	(73.757)	(73.757)
Gerais	(5.994)	(22.648)	(20.275)	(48.917)	(6.044)	(11.129)	(4.859)	(22.032)
Amortização	(100.379)	(5.972)	(24)	(106.375)	(101.810)	(6.693)	(35)	(108.538)
Depreciação	(3.177)	(19.301)	(131)	(22.609)	(3.944)	(18.648)	(125)	(22.717)
Deprec. do Custo Atribuído	-	(2)	-	(2)	(2)	(4)	-	(6)
Depreciação Leasing	(97)	(545)	(79)	(721)	(96)	(550)	(74)	(720)
Crédito de Pis/Cofins Sobre Depreciação e Amortização	14.154	-	23	14.177	13.254	561	5	13.820
	(1.140.717)	(455.512)	(294.092)	(1.890.321)	(1.058.642)	(395.102)	(269.063)	(1.722.807)
Custo de Construção	(99.395)			(169.996)				(1.228.638)

(a) A partir do exercício de 2021 os créditos, antes deduzidos das despesas sobre depreciação e amortização, passaram a ser contabilizados e demonstrados em rubrica específica.

34. PROVISÕES/REVERSÕES E PERDAS/RECUPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(87.561)	(3.387)
Provisões/reversões Líquidas Esp. Liquidação Duvidosa	93.265	21.791
Provisões/Reversões PLR Empregados (a)	(1.611)	(33.635)
Provisões/Reversões Perdas em Obras	-	3.750
Provisões/Reversões Perdas de Estoques	11.046	10.203
Provisões/Reversões Líquidas	15.139	(1.278)
Perdas/Recuperação de Créditos Prescritos Líquidas	(35.542)	(95.020)
Provisões/Reversões Líquidas	(20.403)	(96.298)

(a) Em 2021 ocorreu a reversão da provisão do PLR no valor de R\$33.635, sendo realizado o valor de R\$33.057 como despesa efetiva (grupo de outras receitas/despesas operacionais). Além disso, foram provisionados R\$35.246 referente ao PLR exercício 2021.

35. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimentos e Indenizações	2.335	600
Alienação e Baixas de Imobilizados	2.664	(9.744)
Venda de Materiais Inservíveis	4.180	1
Ajustes em Estoques	(1.530)	2.574
Indenizações Judiciais Ativas (a)	13.659	-
Plano de Participação de Empregados nos Lucros (b)	(33.057)	-
Outras Receitas/Despesas das Operações	4.083	2.015
	(7.666)	(4.554)

(a) Recebimento a título de indenização por danos materiais relativo ao represamento do rio Corumbá que ocasionou inundação em obra da Companhia. O valor recebido foi de R\$18.587, sendo R\$4.928 referentes a atualização da indenização fixada registrados no resultado financeiro.

(b) Realização do PLR referente ao exercício 2020 conforme reversão de provisão registrada no grupo Provisões/Reversões Líquidas (nota 33.a)

36. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras		
Juros, Multas e Rendimentos (a)	104.835	47.366
Atualização Monetária (a)	42.977	22.518
Ajuste a Valor Presente - AVP	(752)	484
	147.060	70.368
Despesas Financeiras		
Juros/Multas/Encargos e outras despesas (b)	(133.245)	(100.596)
Atualização Monetária	(3.245)	(9.009)
Varição Cambial (c)	(6.820)	(24.743)
	(143.310)	(134.348)
Resultado Financeiro Líquido	3.750	(63.980)

(a) A Variação verificada nas receitas com Juros, multas e rendimentos e Atualização Monetária deve-se ao aumento no recebimento de faturas vencidas e de acordos de parcelamentos que foram acrescidos de multas, juros moratórios e atualização monetária. A recuperação na arrecadação é decorrente da retomada das atividades de corte, após suspensão no ano de 2020 devido ao COVID-19 (vide nota 1).

(b) O aumento em Juros e Multas no ano de 2021 em relação ao ano de 2020 é predominantemente em consequência dos encargos relativos ao parcelamento firmado junto à Receita Federal do Brasil (vide nota 23).

(c) A oscilação observada no grupo Variação cambial é referente ao contrato BID 1414/OC de 2002 e reflexo do cenário atual de instabilidade cambial. No ano de 2020 tivemos uma elevação no preço do Dólar em relação ao Real de 28,93% passando de R\$ 4,03 para R\$ 5,20 e já durante o ano de 2021 tivemos uma elevação percentual menor de 7,39% passando de R\$ 5,20 para R\$ 5,58 em 31/12/2021.

37. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Atualmente 62 dos contratos com municípios do Estado de Goiás são na modalidade de Contratos de Programa, nos quais estão definidos os investimentos a serem realizados dentro da vigência do Contrato. Abaixo está discriminado o montante a ser investido e o montante realizado.

Municípios	Vencimento do Contrato Programa	Valor a ser investido	Valor Investido até 31/12/21 Saneago	Valor Investido até 31/12/21 BRK Ambiental	Total Investido
Adelândia	16/01/2048	525	90	-	90
Águas Lindas de Goiás	28/12/2048	309.022	2.161	-	2.161
Anápolis	27/02/2050	525.925	30.314	-	30.314
Anicuns	10/04/2048	42.785	6.575	-	6.575
Aparecida de Goiânia	01/11/2041	988.848	192.999	657.643	850.642
Aporé	06/04/2048	7.682	271	-	271
Aragoiânia	26/12/2042	27.926	1.276	-	1.276
Araguapaz	16/03/2048	5.210	925	-	925
Avelinópolis	22/01/2046	1.724	244	-	244
Barro Alto	26/12/2042	32.703	1.861	-	1.861
Brazabrantes	06/02/2044	8.056	1.479	-	1.479
Cachoeira Alta	27/07/2045	26.167	910	-	910
Caldazinha	02/08/2048	1.070	269	-	269
Campestre de Goiás	06/01/2046	645	315	-	315
Campinaçu	12/08/2045	13.146	9.750	-	9.750
Cavalcante	28/12/2048	1.612	2.114	-	2.114
Cezarina	17/12/2042	23.352	15.069	-	15.069
Cidade Ocidental	01/11/2041	243.394	18.024	-	18.024
Cristalina	07/02/2044	58.952	20.251	-	20.251
Davinópolis	04/05/2048	506	108	-	108
Diorama	24/07/2047	1.091	27	-	27
Divinópolis	05/10/2047	675	177	-	177
Flores de Goiás	14/08/2044	4.221	350	-	350
Goandira	03/10/2048	1.457	139	-	139
Goiânia	17/12/2049	3.419.897	205.792	-	205.792
Guarani de Goiás	15/09/2040	962	598	-	598
Guarinos	16/02/2048	1.383	143	-	143
Hidrolândia	03/08/2046	9.737	2.566	-	2.566
Itiara	30/04/2044	32.180	1.741	-	1.741
Inhumas	17/06/2050	79.176	4.638	-	4.638
Israelândia	24/11/2039	3.300	120	-	120
Itajá	19/12/2042	2.328	342	-	342
Itapaci	28/12/2048	56.172	807	-	807
Itapuranga	28/12/2048	8.063	776	-	776
Jataí	01/11/2041	114.116	33.571	112.401	145.972
Jussara	26/12/2046	5.759	825	-	825
Luiziânia	01/12/2045	366.853	29.824	-	29.824
Mambai	07/03/2046	1.689	429	-	429
Minapu	06/02/2044	57.857	9.973	-	9.973
Morrinhos	30/11/2040	46.917	18.183	-	18.183
Morro Agudo de Goiás	02/05/2046	1.198	403	-	403
Mozarlândia	28/12/2046	1.894	1.136	-	1.136
Nazário	04/05/2048	2.280	241	-	241
Novo Gama	16/11/2048	253.055	3.398	-	3.398
Palmelo	29/10/2042	1.039	164	-	164
Perolândia	21/12/2048	499	182	-	182
Petrolina de Goiás	20/10/2041	6.797	7.607	-	7.607
Pires do Rio	03/11/2038	10.529	23.730	-	23.730
Posse	12/06/2047	19.945	9.609	-	9.609
Rio Verde	01/11/2041	249.889	57.247	202.345	259.592
Santa Cruz de Goiás	28/06/2043	1.497	306	-	306
Santo Antônio da Barra	29/12/2045	3.977	408	-	408
Santo Antônio de Goiás	02/12/2045	15.868	791	-	791
Santo Antônio do Descoberto	10/06/2046	55.686	22.807	-	22.807
São Domingos	28/12/2048	1.334	292	-	292
São João D'aliança	31/05/2049	3.033	1.605	-	1.605
São Luís de Montes Belos	19/12/2042	41.828	5.829	-	5.829
São Miguel do Passa Quatro	18/12/2049	8.686	298	-	298
Trindade	01/11/2041	169.222	21.333	138.933	160.266
Uirapuru	28/12/2048	63	83	-	83
Uruaçu	28/12/2048	44.341	2.769	-	2.769
Valparaíso de Goiás	16/11/2048	389.652	3.374	-	3.374
		7.816.131	786.618	1.111.322	1.897.940

38. SEGUROS

Em 05 de julho de 2021 foi renovada a contratação de Seguro de Responsabilidade Civil para Gestores e Conselheiros (Seguro D&O) com vigência de 12 (doze) meses, mediante o qual a seguradora pagará, em nome dos segurados, toda e qualquer perda pela qual estes venham a ser legalmente obrigados a pagar em razão de reclamação em decorrência de atos danosos por eles causados, praticados ou tentados durante o período de retroatividade ou o período de vigência da apólice, desde que referida perda não exceda o limite máximo contratado de garantia que é de cinquenta milhões de reais. O total do prêmio pago foi de 336 mil em 4 parcelas.

A Companhia não possui seguros que cubram a totalidade dos riscos inerentes aos seus negócios bem como dos seus ativos. A ocorrência de qualquer dano não coberto poderá afetar adversamente o seu desempenho financeiro.

39. OPERAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo as entidades que se relacionam com a Saneago, conforme item 9, CPC 05(R1) e deliberação CVM 642 de 07 de outubro de 2010.

39.1 Operações com o Estado de Goiás**a) Relação de Dependência**

A Saneago mantém sua condição de empresa estatal não dependente, ou seja, não recebe do ente controlador, Governo do Estado de Goiás, nenhum recurso financeiro para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital. Exceto aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

b) Participação em Financiamentos

O Estado de Goiás participa como fiador em contrato de empréstimo firmado entre a Companhia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além de oferecer garantias em contratos de financiamento celebrados com a Caixa Econômica Federal e com o BNDES.

c) Prestação de Serviços

A Companhia presta serviços de água e esgoto a órgãos da administração pública direta e indireta de responsabilidade do Estado de Goiás, no quarto trimestre de 2021 a receita bruta da Companhia com o Estado de Goiás foi de R\$55.054 totalizando R\$227.712 no acumulado (no quarto trimestre de 2020 foi de R\$54.255 e R\$228.49